



Jornal FNE

Edição 29 – Out/04

Em pauta, o futuro

Engenheiro traz nesta edição a fundamental discussão sobre o futuro do setor elétrico brasileiro. Em seminário promovido pela FNE, em parceria com outras entidades, na cidade de São Paulo, foram apresentadas as novas regras introduzidas pelo Governo Lula. O evento reuniu cerca de 20 especialistas que se debruçaram sobre o tema e apontaram os benefícios e problemas do modelo. Em pauta, também, as boas perspectivas de trabalho na área de desenvolvimento de software – são mais de 2 mil empreendimentos nessa área espalhados pelo Brasil e multiplicam-se as oportunidades aos profissionais, especialmente em microempresas.

Tratando das possibilidades da humanidade construir uma sociedade mais justa, o veterano jornalista e escritor português Miguel Urbano, que viveu quase duas décadas no Brasil, aponta os riscos representados por uma potência hegemônica e as alternativas para enfrentá-la. Do alto de seus 80 anos de vida, ele recusa o “teoricismo” e convoca à mobilização.

Por fim, volta a discussão acerca da reforma sindical, que hoje encontra-se entre dois pólos de disputa: o Fórum Nacional do Trabalho, que altera a Constituição, e o Fórum Sindical dos Trabalhadores, que propõe a regulamentação do artigo 8º e o fortalecimento das entidades de base, com a introdução de regras que aprimoram o seu funcionamento. Bom proveito.

C APA

Regulamentar o artigo 8º da Carta Magna Brasileira, que determina as regras para a organização sindical, em vez de alterá-lo. Essa é a diferença básica do projeto originado nas discussões do FST (Fórum Sindical dos Trabalhadores) em relação ao que surgiu no FNT (Fórum Nacional do Trabalho) e será proposto pelo Governo. A afirmação é do deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG), que encabeçará a proposição a ser encaminhada ao Congresso Nacional, com a anuência de 100 parlamentares, cujas assinaturas estão sendo recolhidas.

Obedecendo a essa lógica, a proposta mantém a unicidade na base mínima territorial municipal, a organização das categorias profissionais e a contribuição compulsória a sindicalizados ou não como fonte de custeio da entidade. Essa não poderá, contudo, exceder a 1% da remuneração bruta anual do trabalhador. Além disso, são legalizadas as centrais sindicais, instituída a representação no local de trabalho e introduzidas regras democráticas básicas. Também cria o Conselho Sindical Nacional de Trabalhadores e o de Empregadores. O primeiro terá a função de efetuar o registro das entidades e definir controvérsias quanto ao enquadramento sindical, entre outras. Para Miranda, que acredita que o projeto possa ainda ser melhorado com o debate no Parlamento, ponto importante é o fortalecimento da entidade de base.

O deputado e o senador Paulo Paim (PT-RS) receberam a proposta de membros do FST, inclusive dirigentes da FNE e da CBP (Central Brasileira de Profissionais), durante seminário realizado em Brasília em 25 de agosto último. Na ocasião, conforme divulgado no site da CBP, Miranda criticou a hipervalorização das centrais sindicais. Ele também denunciou o caráter contrário aos interesses dos trabalhadores do modelo defendido pelo FNT e pelo Governo. “(...) Parte de problemas reais, que exigem a reforma, para introduzir os princípios neoliberais”, apontou.

Na justificativa do projeto de lei, Miranda confirma a preocupação: “No período transcorrido (desde a promulgação da Constituição em 1988), foram 60 blocos de manifestações neo-reformistas tentando acabar com a chamada Era Vargas. Agora, novamente, mesmo tendo em conta que nós estamos sendo governados por um presidente com personalidade forjada no movimento sindical, o Fórum Nacional do Trabalho prepara outra proposta de reforma sindical e trabalhista ameaçadora de sucatear completamente a obra edificada e sustentada com os princípios apurados nos gloriosos anos da Era Vargas.”

OPINIÃO I

Após mais de um ano de negociações no Fórum Nacional do Trabalho e de várias versões jurídicas, a reforma sindical está pronta para ser enviada ao Congresso Nacional. A previsão é que seja votada no primeiro semestre de 2005. Mas, tudo indica, o processo não será tão tranqüilo assim. O tão badalado consenso do FNT deixou ainda várias pontas de divergências.

As entidades patronais já anunciaram que não aceitam a redação sobre a organização no local de trabalho. O projeto, apesar de restritivo, dá prazo de três anos para sua implantação nas empresas com mais de 100 trabalhadores. Mesmo sabendo que 90% das firmas no País têm menos de 100 empregados, o patronato rejeitou a idéia – de fato, não tolera a democracia no local de trabalho. Também chiou contra a garantia do direito de greve e da negociação coletiva.

Já entre as entidades de trabalhadores, as diferenças são abissais. Todas concordam com o reconhecimento das centrais, mas algumas acusam que essas terão superpoderes, anulando a autonomia da base. Também avaliam que é necessário garantir maior representatividade aos sindicatos, mas muitas condenam a proposta da exclusividade de representação a partir de 20% de sócios e o estranho “sindicato derivado” (emanado das centrais). Na prática, existe o risco de o projeto estimular o pluralismo e a fragmentação.

Em suma, a reforma dará muito pano pra manga. A pressão será violenta. E, como diz o ditado, quem não chora não mama!

Altamiro Borges é jornalista e autor,

com Marcio Pochmann, do livro “Era FHC – A regressão do trabalho”

OPINIAO II

Em vez do monitoramento indesejado, tecnologias impróprias, “ajuda militar” para solução de conflitos implantados pelos próprios estrangeiros travestidos de missionários religiosos e defensores de etnias, os povos da floresta precisam de escolas, equipamentos laboratoriais, professores, físicos, químicos, biólogos, antropólogos, cientistas de várias especialidades, como também de recursos financeiros para dar utilidade e finalidade econômica à sua imensa biodiversidade. Nessa linha, a Amazônia poderia servir de base ao progresso e ao futuro da humanidade.

Tais iniciativas seriam mais proveitosas à sociedade humana, melhor que despender tempo de uma plêiade de cientistas, que se comprazem em escrever livros divulgando alegações inverídicas, condenando os povos amazônicos, pregando soluções inviáveis e alheias a sua realidade e sugerindo o engessamento dos espaços úteis da região, de proporções incomensuráveis de recursos, numa autêntica estratégia de “perde-perde”, improdutiva e anti-humana, apesar de pugnarem por soluções humanitárias.

Portanto, se realmente há uma honesta e efetiva vontade de salvar essa região de ações devastadoras – como é dito sobre os acontecimentos ambientais passados, praticados por outros povos, à guisa de progresso a qualquer custo, até os nossos dias – e se pretende não mais repetir tais insanidades, seria prudente imaginar que todas essas populações de preocupados, políticos, professores, cientistas, jornalistas, empresários, agentes de fomento, líderes de organizações ambientalistas decidissem promover atividades produtivas na região, pela utilização racional dos seus recursos naturais disponíveis, resgatando os imensos bolsões de pobreza existentes, que padecem de doenças tropicais crônicas, ainda sem cura, muitos ainda em estado de analfabetismo, sem empregos, sem teto, sem opções para uma vida melhor, e viessem trazer sua contribuição efetiva de competência e recursos. Do contrário, não passam de meros discursos inócuos e de atitudes hipócritas.

Nesse diapasão, praticado por aqueles que pretendem a intocabilidade dos recursos, estar-se-ia trabalhando no sentido de preservar o meio ambiente e a manutenção da miséria, em conseqüência.

Essa intromissão desrespeitosa e inoportuna agride a auto-estima dos amazônidas e brasileiros, pois expõe a fragilidade das lideranças governamentais nacionais e dos demais poderes e se traduz num gesto de impotência desapontadora.

De quando em vez, a soberania do Brasil, na Amazônia, é afetada de forma sutil em face da contumaz e injustificada prática de tantas “reservas”, principalmente quando é feita por imposição, como se fosse uma moeda de troca nas negociações com o capitalismo financeiro internacional.

Na Amazônia, é indispensável que trabalhem todos, como sugeria Benchimol, “na melhora da qualidade de vida de todas as espécies que povoam o meio ambiente”. É preciso, antes de tudo, tirá-la do círculo vicioso da pobreza e fazê-la ingressar no círculo virtuoso da prosperidade.

*José Nasser é engenheiro civil e presidente da Fieam
(Federação das Indústrias do Estado do Amazonas)*

SINDICAL

RS

Cresce busca por qualificação profissional

Os cursos de capacitação e qualificação profissional, realizados em convênio com empresas de engenharia, profissionais especializados e universidades, levaram mais de 800 profissionais à sede do Senge Rio Grande do Sul nos primeiros oito meses deste ano. Os mais procurados são voltados a temas técnicos, como gerenciamento de projetos. Destaca-se, entre eles, o que apresenta o software MS Project de gerenciamento de empreendimentos – que está prestes a fechar sua décima turma, cada uma para 12 profissionais –, além dos workshops gratuitos com temas voltados à engenharia, promovidos pelo sindicato. A entidade já registrou, no período, um incremento de 20% sobre o total de cursos realizados em todo o ano passado, bem como um crescimento de 73%, em relação a 2003, na locação de suas salas de treinamento por empresas que ministram cursos aos seus funcionários. Com o objetivo de propiciar reciclagem profissional aos associados por meio de cursos técnicos e de gestão, a estrutura para atender essa demanda foi concebida “quando projetamos a nossa nova sede. Desde então, dedicamos atenção especial a essa área”, explica Joel Fischmann, presidente da entidade. Segundo ele, a partir de 1999, quando a sede foi inaugurada, o Senge-RS pôs à disposição dos filiados um conjunto de serviços chamado Senge Office. Esse, através de uma gerência e sustentado por uma central de apoio, administra tal estrutura, que é formada por salas de aula, auditório para 130 pessoas, sala equipada para cursos de informática e espaços de trabalho para uso dos profissionais.

PA

Grupo Rede desvia milhões da Celpa

Até dezembro de 2003, cerca de R\$ 443 milhões de receita da Celpa (Centrais Elétricas do Pará) foram desviados para outras empresas do Grupo Rede, controlador da companhia. A irregularidade consta de relatório de fiscalização da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) de junho do ano passado, o qual condena tais operações financeiras, que teriam o objetivo de “fabricar” custos que vão para as planilhas de cálculo das tarifas. Os recursos estariam sendo usados para viabilizar outras atividades, em particular empreendimentos de geração, em sacrifício da saúde econômica e financeira da concessionária que os origina. Apesar do parecer dos auditores da Aneel, o procedimento prosseguiu e, em 2004, os recursos atingem cerca de R\$ 515 milhões. “E o pior é que a Celpa continua obtendo empréstimos oficiais subsidiados para melhorar a situação do seu caixa e fazer investimentos”, denunciou a representante do Senge-PA, durante o seminário “Política Energética e Desenvolvimento”, ocorrido no dia 27 de agosto, na sede do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo.

Basa descumpre Lei nº 4.950/66

No dia 20 de julho, o Banco da Amazônia publicou edital de concurso público para contratação de engenheiro com remuneração de R\$ 1.046,72, abaixo do salário mínimo profissional previsto na Lei 4.950/66. O Senge Pará enviou ofício ao diretor-presidente do Basa solicitando que a lei seja cumprida, elevando-se o salário para R\$ 1.560,00 (jornada de seis horas de trabalho).

RN

Sindicato elabora laudo sobre desabamento

Deficiência de vinculação nos apoios de treliças; prolongamento incorreto de uma das pernas das tesouras superiores com emenda mal posicionada e resistência insuficiente para absorção do efeito de flambagem no ponto crítico; e elevada deficiência de contraventamento na estrutura de cobertura. Esse foi o resultado do laudo técnico sobre as causas do desabamento de uma parte da estrutura da cobertura do Centro Municipal de Educação Infantil Marise Paiva, na cidade de Natal, que em 9 de setembro foi apresentado na sede do Senge Rio Grande do Norte. Segundo informou Augusto César de Freitas Barros, presidente da entidade, o próximo passo será encaminhá-lo ao Ministério Público. O trabalho foi elaborado pelo Senge, através da empresa Engecal (Engenharia e Cálculos Ltda.), com o objetivo de colaborar com a apuração do caso. O incidente ocorreu em 19 de junho e causou a morte de um menino de quatro anos e ferimentos em diversas pessoas, sobretudo em crianças que participavam de uma festa junina no local.

SC

Crítica ao anteprojeto de lei do saneamento ambiental

Em audiência pública em Brasília, o presidente do Senge Santa Catarina, Carlos Abraham, também diretor da FNE, expressou ao ministro das Cidades, Olívio Dutra, a preocupação dos engenheiros em relação ao anteprojeto de lei do Governo Federal que estabelece as novas diretrizes ao saneamento no País. Ele adverte que a proposta como está será mais um entrave ao desenvolvimento do setor. Em documento entregue ao ministro, a FNE coloca-se à disposição do Governo para colaborar nas alterações necessárias. Na ocasião, Abraham fez considerações sobre o saneamento no Brasil e afirmou que as companhias estaduais, responsáveis por cerca de 80% do atendimento, não devem ser preteridas nesse processo. Ele lembrou ainda que a proposta praticamente acaba com o atual sistema de subsídio cruzado, que garante a universalização dos serviços.

Benefícios

Seguros ao alcance dos engenheiros

No mês de julho, a FNE firmou contrato com a Controle Geral Corretora de Seguros, visando oferecer aos engenheiros associados aos Senges e seus dependentes seguros com desconto. Com isso, é possível contratar seguros de vida, residência, empresa e automóvel, além daqueles voltados a consórcio, previdência privada, risco de engenharia, planos de saúde, transporte de carga. Maiores informações no site www.fne.org.br, no link Benefícios Seguros, pelos telefones (11) 6192-4416 e (11) 6197-7018 ou pelo e-mail c.g.seguros@controlegeralseguros.com.br.

ENGENHARIA I

Um marco regulatório estável. É o que o Governo Federal pretendeu assegurar com as novas regras definidas ao segmento – regulamentadas por decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 31 de julho último. Essas foram discutidas no dia 27 de agosto, em São Paulo, durante o seminário “Política Energética e Desenvolvimento”. Promovido pela FNE e outras entidades, contou com o patrocínio da Petrobras e Furnas Centrais Elétricas.

O secretário nacional de Planejamento do Ministério de Minas e Energia, Amilcar Guerreiro, apresentou a uma platéia de cerca de 200 pessoas o novo modelo, em palestra intitulada “As mudanças do setor pelo Governo Lula”. A promessa é de segurança no suprimento, modicidade tarifária e universalização do acesso aos serviços de energia. Com viés de longo prazo, tal foi debatido amplamente e teve, segundo confirmou Guerreiro, a preocupação de definir um marco regulatório estável ao setor, para que haja investimentos. “Estamos criando o reconhecendo as características do País e respeitando sua opção hidroelétrica”, continuou.

Apesar de se reconhecerem avanços na modelagem, essa é vista com desconfiança em alguns pontos. Entre eles, a questão da separação das energias velha (já instalada) e nova, cujos custos de produção são diferenciados. Apontada pelo secretário como uma das medidas que deve compor o conjunto que levará à estabilização de preços no setor, ensejou dúvidas de especialistas como Roberto D’Araujo. Diretor do Ilumina (Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético) e um dos comentaristas no seminário, ele ponderou: “O antigo modelo era um hipopótamo colocado numa loja de louças, uma grande barbearagem, um estrago total. Agora, tiraram o animal, mas tem um bocado de coisa quebrada e me parece que algumas não estão bem resolvidas, a questão do preço inclusive. Não tenho certeza se a longo prazo essa energia existente, que já pagamos, não vai outra vez tender a um valor igual ao da energia nova.”

D’Araujo acredita que a crise energética brasileira tem no preço sua cara principal. “É preciso adotar políticas que não onerem mais o sistema e tentar derrubar o custo de energia no País”, completou. Dados da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) apontam que no ano de 1995 a tarifa média à classe residencial era de R\$ 76,26 e à industrial, R\$ 43,59; em 2003 passou respectivamente a R\$ 236,34 e R\$ 110,48. A informação foi dada por Flávia Lefèvre, diretora da ProTeste (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor), em sua apresentação sobre política tarifária e qualidade do serviço. Essa última é outra questão a ser resolvida. Segundo a expositora, não foi equivalente à elevação de preços – e Lefèvre não vislumbra avanços nesse sentido. “O consumidor brasileiro é mal tratado, ficou sem energia em 2001 (com o racionamento), paga seguro antiapagão e, assombrosamente, o encargo de capacidade emergencial, tão atacado por muita gente do atual Governo, antes de sua eleição, foi prorrogado para 2006.” Para ela, falta uma política tarifária adequada à realidade social brasileira. Essa, “para o consumidor de baixa renda, é inócua, inconstitucional e está lançando milhares numa situação de abandono e irregularidade”. A diretora da ProTeste acredita que o único ato concreto do Governo Lula nesse sentido é a tentativa, a partir deste ano – ao fazer os processos de homologação de reajuste –, de inverter o subsídio da tarifa, de forma que o consumidor residencial passe a pagar menos do que o industrial e o comercial. De todo modo,

na visão de José Paulo Vieira, doutorando em energia pela USP, se o modelo anterior continuasse, os preços subiriam ainda mais.

Incongruências x progressos

Com relação à qualidade, segundo Lefèvre, os indicadores DEC e FEC (duração e frequência anuais permitidas pela Aneel na interrupção de energia) revelam desigualdades – quanto mais rica a região, menor o tempo em que seus habitantes podem ficar sem luz, situação inversamente proporcional nos lugares mais carentes. Outra crítica ao atual modelo é quanto à manutenção dos contratos existentes, validada por Guerreiro em sua palestra. Aí estão incluídos aqueles apontados como leoninos, que, portanto, encarecem as contas de luz, em prejuízo dos consumidores. Isso gerou incerteza sobre como a necessária reestruturação do setor, desaparelhado nos últimos anos, vai se processar sob o manto de acordos possivelmente dolosos ou fraudulentos. Perplexa com a situação do segmento e desapontada com a solução apresentada por Guerreiro, a economista Ceci Vieira Juruá disparou: “O setor elétrico foi o que mais se endividou interna e externamente. Para quê? Para pagar comissões e juros aos grandes bancos, que são os senhores do mundo? A questão da crise do endividamento e da falência financeira é considerada o ponto fraco do modelo anterior e é reforçada, porque esse Governo não rompeu com isso. Baseia-se na dependência de recursos externos. A idéia que tenho é que esse modelo privilegia o setor privado em detrimento do público.” Se as regras atuais deixam a desejar nesse sentido, o mesmo não se pode dizer no que concerne à dissociação entre os ambientes regulado – aos consumidores cativos – e livre, principalmente aos usuários de grande porte, que tem cacife para negociar seus preços. “É um reconhecimento que a prestação de serviços de energia elétrica é pública”, observou Guerreiro. É unânime entre os técnicos que a medida é positiva. Um dos efeitos disso, para o diretor do Ilumina, Carlos Augusto Ramos Kirchner, é que pelo menos em parte resolveu-se o problema do custo não-gerenciável – que engloba aquisição de energia, impostos e tributos –, estabelecido na fórmula de reajuste no modelo anterior e, portanto, repassado integralmente às tarifas. “Evidentemente, o ambiente regulado não pode permitir a compra de energia que vai onerar o consumidor”, considerou.

O objetivo de resgatar o planejamento determinativo – em lugar do indicativo, que vigorava no modelo anterior –, com a criação da EPE (Empresa de Pesquisa Energética), também é visto como um progresso. Todavia, em sua preleção sobre matriz energética, Arlindo Kamimura, doutor em planejamento energético e professor colaborador do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP, considerou inútil fazer previsões setoriais sem olhar a economia como um todo. Seu crescimento é sempre acompanhado de um aumento na demanda por eletricidade, como está acontecendo no momento. Conforme o presidente da CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), Antonio Carlos dos Reis, o Salim, se as obras das hidroelétricas em curso não forem concluídas, a previsão é que haja um apagão daqui a três ou cinco anos. “Nosso trabalho nessa transição tem sido assegurar as ações necessárias para que os investimentos sejam viabilizados, de modo que a oferta de energia adequada possa ser garantida”, asseverou Guerreiro. Ainda de acordo com o secretário, as regras que passam a vigorar vão ter contratos assegurados pelos distribuidores que podem tornar factíveis tais investimentos. Para reduzir

seus riscos, acrescentou ele, “os novos projetos devem ter reconhecida não só a viabilidade técnica e econômica, mas também a ambiental”.

Verdades e dogmas

Para o economista e palestrante César Benjamin, o País está sob o signo da crise, porque perdeu características ao longo dos anos que lhe permitiram criar a Petrobras, o sistema elétrico nacional interligado e o Proálcool. Entre as quais, a autoconfiança, uma visão de longo prazo e a capacidade de construir sua agenda a partir de seus problemas e potencialidades e não de determinações externas, além de fazer ajustes ativos. “Perdemos aquelas capacidades e ficamos discutindo a crise energética brasileira. Isso está ancorado numa idéia de fundo que virou dogma, de que o Estado brasileiro perdeu a capacidade de investimento”, afirmou. E acrescentou: “É um mito de que não haja recursos neste País e no setor energético mais ainda, porque esse tem a capacidade de gerar inclusive os seus próprios.” Para ele, se essa fosse a verdade absoluta, o Brasil teria que enfrentar o problema. “Mas não, todo ano temos uma medida que será aprovada e vai ser salvadora. Agora é a PPP (Parceria Público-Privada), depois é não sei o quê. Elas são aprovadas, a crise se repõe e vêm outras”, criticou. Conforme Benjamin, a Nação vem tomando uma decisão de fundo e entregando o comando e a capacidade de investimento do setor energético a empresas privadas e estrangeiras, “cuja forma como tomam suas decisões não necessariamente coincide com os interesses do Brasil no longo prazo”. E fez um apelo: “Por favor, não vamos ficar discutindo os detalhes e perder de vista o conjunto. O que esse País precisa é de um projeto. Senão, fica à deriva. E aí, as pequenas questões tomam o lugar das grandes e vamos voltar aqui daqui a um, dois, cinco anos e discutir a crise brasileira, porque seu signo não vai descolar da idéia de Brasil”, concluiu.

Para um País com mais energia e mais humano, o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, considerou fundamental discutir, apresentar propostas, criticar e caminhar rumo às soluções. E elas são urgentes. Afinal, segundo Mauro Passos, deputado federal e membro da Comissão de Energia da Câmara Federal, são 12 milhões de brasileiros sem energia. “Estamos falando de uma população que é um terço da Argentina, quatro vezes a do Uruguai e a soma dos habitantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. E essas pessoas estão espalhadas pelo território nacional em distâncias muitas vezes impossíveis de ser atendidas por um sistema convencional”, explicitou. Nesse contexto, torna-se necessário desenvolver um programa de cogeração, ressaltou Carlos Roberto Silvestrim, vice-presidente executivo da Associação Paulista de Cogeração de Energia. Na ótica de Passos, o Governo terá que estimular soluções diferenciadas a esses locais. “E sinaliza com o Proinfa (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica) que a introdução de fontes renováveis na matriz energética passa a ter vez e ser sua política. Isso me parece inevitável”, avaliou.

ENGENHARIA II

Incrementar essa área está entre as quatro prioridades estabelecidas pelo Governo Federal em sua política industrial, o que deve culminar com a geração de emprego e renda a “desenvolvedores” de software. Isso porque, segundo o secretário de Políticas de Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia, Arthur Pereira Nunes, o Executivo está empenhado em criar condições para ampliar as oportunidades de trabalho a esses profissionais. Integram as ações do Governo nesse sentido, de acordo com Nunes, um exame do marco legal para o setor e outros estudos, “para que a área de software no Brasil seja objeto de um regime de tributação adequado e compatível com as necessidades da competição internacional”.

O Brasil congrega hoje 2.398 companhias “desenvolvedoras” de software, a grande maioria microempresa, as quais acompanharam a expansão do setor de informática na última década – que, desde 1995, vem crescendo a uma taxa média anual de 11% – e passaram a contratar mais, elevando o número de empregados. É o que aponta estudo coordenado pelo MIT (Massachusetts Institute of Technology) e realizado pela ONG Sociedade Softex. A tendência de ascensão continua. Conforme Gláucia Critter Chiliatto, gerente de linha de financiamento dessa organização, empresas do setor vêm se instalando por todo o País. “Algumas regiões se destacam em função do seu mercado, como São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Outras, por terem se tornado um centro de referência ao desenvolvimento de software, como Recife, Florianópolis e Campina Grande. Há ainda locais que têm adotado políticas no sentido de unir os principais atores – universidade, governo e empresários – para estimular o desenvolvimento dessa indústria na região. Por exemplo, Londrina, Petrópolis e Pato Branco”, detalha.

Campo extenso x barreiras

Na capital pernambucana, o impulso foi dado com a criação há três anos do Porto Digital do Recife. Conforme o presidente do seu Núcleo de Gestão, Pier Carlo Sola, esse está induzindo a mudança, a longo prazo, do perfil socioeconômico daquele Estado, devendo inseri-lo no cenário tecnológico mundial. Segundo ele, o porto nasceu como um “agregador e estruturador do arranjo produtivo local de tecnologia da informação” na localidade. Hoje, são 68 empresas do setor ali instaladas que reúnem 1.600 funcionários. Sua assessoria de imprensa revela que as áreas de conhecimento mais importantes dessas companhias abrangem desenvolvimento de software para caixas de bancos, gerenciamento de sites, jogos para Internet e telefone móvel, tecnologias de rede neural e celular e consultoria em qualidade.

Mas as oportunidades não se restringem aos segmentos que utilizam tais inovações. Sola garante que hoje praticamente não há aquele que não demande o trabalho de um “desenvolvedor”. Chiliatto concorda: “Por ser o software um produto altamente transversal, isto é, que apóia e moderniza todas as áreas da economia, há oportunidades em todos os segmentos. O Brasil, no entanto, já consolidou seu nome nas áreas financeira/bancária, governamental e de automação industrial e comercial.” De acordo com Daniel Martins,

diretor-presidente do Instituto de Estudos Econômicos em Software, há mercado também nas áreas da saúde e biotecnologia.

Na sua concepção, podem ampliar ainda mais o campo de atuação dos “desenvolvedores” o aumento da exportação e o incentivo ao software livre pelo Governo. O mercado é promissor, ressalta Chiliatto. “É uma das áreas em que existe escassez de profissionais preparados, principalmente em tecnologias e linguagens específicas, como java, linux e .net”, confirma. E indica alguns outros segmentos potenciais que despontam, como telecomunicações, segurança e mobilidade.

O estudo do MIT e ONG Softex revela, todavia, barreiras a ser superadas para que mais postos de trabalho sejam criados. Entre elas, as dificuldades de obter crédito das empresas do setor. Para o Governo solucionar esse entrave, Nunes assevera que “a política industrial de software está prevendo três modalidades de financiamentos”. Conforme ele, serão apoiadas em parte pela agência de fomento do Ministério da Ciência e Tecnologia, a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), e pelo BNDES, através do Prosoft (Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços Correlatos).

Em funcionamento desde o início de 1998, esse último comprometeu até agora R\$ 87 milhões, tendo atendido a 29 companhias. Na análise de Ernesto Haberkorn, presidente da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Software e Internet, precisaria reduzir as exigências para se ampliar esse leque. Para Henrique Cabral Duarte, gerente do Departamento de Indústria Eletrônica do BNDES, a crítica não procede. “No Prosoft, para solicitações abaixo de R\$ 6 milhões, a única garantia solicitada é a fiança dos sócios controladores da empresa”, acrescenta. O programa foi reformulado em março de 2004 e incluiu, a partir de então, outras linhas de financiamento, como à comercialização e à exportação. Na visão de Chiliatto, em sua nova versão, pode e deve incentivar muito esse mercado. Porém, ela ressalta: “Não se destina a empresas nascentes ou muito pequenas. A essas, é necessário ‘capital semente’, oferecido pelos agentes de fomento através das incubadoras e por fundos com foco em tais companhias.”

ENTREVISTA

Após viver os últimos oito anos em Cuba, o jornalista português Miguel Urbano Rodrigues voltou em agosto último à sua terra natal. Antes, passou pelo Brasil, onde lançou o segundo volume de “O espaço e o tempo em que vivi”, suas memórias editadas pela Campo das Letras, que se dividem em “Procurando um caminho” e “Revolução e contra-revolução na América Latina”. Na passagem por aqui, falou ao Engenheiro e fez um alerta: “a humanidade vive a maior crise da sua história”, representada pelo poder hegemônico dos Estados Unidos. Para enfrentá-la, o comunista, que reconhece a decadência dos partidos revolucionários, propõe a mobilização em contraposição ao “teoricismo”. No Brasil, país em que morou entre 1957 e 1974, identifica já o fracasso do atual Governo como instrumento de transformação da sociedade.

O senhor acaba de lançar, aqui no Brasil, “O espaço e o tempo em que vivi”, seu livro de memórias. Qual a sua avaliação do tempo em que vivemos hoje?

Na minha opinião, a humanidade vive a maior crise da sua história, mais profunda e complexa que aquela que assinalou o fim do Império Romano. Sua causa é um sistema de poder com características inéditas hegemônico pelos Estados Unidos, que retomou o sonho antiquíssimo do Estado universal, mas com a ambição de ser perpétuo. Isso representa uma ameaça que põe em perigo a própria continuidade da vida na Terra. Apesar de ser uma nação muito poderosa militarmente e a primeira potência econômica do mundo, tornaram-se parasitas, consomem muito mais do que produzem. Há vários anos, sua balança comercial é deficitária, o resultado negativo de junho, por exemplo, é de cerca de US\$ 45 bilhões. Sua dívida externa é maior que todas no mundo somadas. A interna corresponde a 85% do seu Produto Interno Bruto.

São uma ameaça ainda maior pela sua fragilidade?

Os Estados Unidos procuram encontrar uma solução para uma crise estrutural que não tem saída. A que se busca no momento é a das guerras preventivas, definidas pela administração Bush. Por um lado, isso dinamiza o complexo militar industrial e dá a ilusão de crescimento. Por outro, trata-se do saque dos recursos naturais de outros povos. Hoje, procuram assegurar o seu abastecimento de petróleo que, em mais da metade, tem de ser importado. Essa guerra do Iraque, a agressividade contra o Irã, toda a política na região, incluindo Israel como instrumento dessa dominação, tem esse objetivo.

Qual a alternativa diante de um poder que tem fragilidades, mas se mostra imbatível?

Para essa questão, há duas posições que são muito diferentes. Uma delas é a que se vê nos fóruns sociais mundiais. O inimigo é muito poderoso, não temos condições de destruí-lo, então

vemos se o reformamos e, enquanto isso, vamos buscando uma alternativa teórica à globalização, vamos pensar a reforma da democracia e possivelmente um socialismo de novo tipo. Isso parece o mais razoável, mas é utópico, porque não se conseguirá nunca formular uma alternativa teórica que seja aceita universalmente. A solução do futuro, o tipo de regime, de organização da sociedade de um país como o Brasil não será o mesmo de um como o Canadá ou a Tailândia. A outra posição é que, como não podemos cair no teorismo, temos que nos mobilizar contra o inimigo, que é frágil, embora oculte suas fraquezas. Eu penso que o caminho é esse, o da mobilização dos povos contra a ameaça à humanidade, até porque o sistema de poder dos Estados Unidos, pelo seu amoralismo, só encontra precedente no Reich nazista, como mostraram os crimes cometidos no Iraque e no Afeganistão.

Atualmente, há resistência real a esse poder hegemônico na América Latina?

Há um triângulo positivo na América Latina, que coloca desafios insuperáveis ao imperialismo: Colômbia, Cuba e Venezuela. Cuba resiste há 45 anos com grande dignidade. Na Colômbia, há 39 anos, uma guerrilha que eu defino como heróica resiste a uma oligarquia apoiada pelos Estados Unidos. A Venezuela demonstra que, usando as instituições criadas pela burguesia, pode-se transformar a sociedade. Apesar de complexidades como o fato de depender muito do petróleo e a ausência de um partido político, porque o V República no fundo é mais movimento que organização revolucionária, é um processo fascinante, um laboratório de luta de classes como talvez não haja outro no mundo.

O que dizer de Brasil e Argentina?

Na Argentina, o que está acontecendo é extremamente perigoso. Simula-se personalidade no diálogo com Washington, mas no fundo é uma política de reforma do capitalismo, de aceitação da sua lógica e de compromisso gravíssimo com as transnacionais; em tudo que é fundamental, capitula-se. Só que isso é feito com uma habilidade e uma inteligência que, eleito apenas com cerca de 20% dos votos, Kirchner aumenta sua popularidade com uma política que não responde minimamente aos objetivos dos trabalhadores. No Brasil, as coisas são diferentes, aqui já se pode falar de um fracasso, porque houve uma traição muito grande. A idéia de que é preciso colocar a casa em ordem primeiro para depois se iniciar uma política que responda ao programa do PT é ingênua. Não se pode fazer isso quando em postos-chaves do Estado colocam-se homens ou mulheres que se identificam com o capitalismo. Não é possível que um banqueiro americano com passaporte brasileiro, como é o Henrique Meirelles, faça uma política positiva. O povo aqui não é sujeito, é objeto e vítima de uma política contrária aos seus interesses.

O Ministério da Ciência e Tecnologia prepara-se para coordenar uma grande jornada em prol da aproximação entre a comunidade e os meios acadêmico-científicos, suas pesquisas e conquistas. Trata-se da primeira Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que acontece em todas as regiões, nas principais cidades do País, entre os próximos dias 18 e 24 de outubro. Algumas atividades, no entanto, se prolongam até o final do mês.

A iniciativa já foi tomada com sucesso em diversos países, como Inglaterra, França, África do Sul e Chile. No Brasil, o exemplo passa a ser seguido por determinação de decreto presidencial assinado em junho último que garante realização anual, sempre no mesmo mês. Pôr a idéia em prática é tarefa da Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social, por meio do Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia. O diretor do órgão, Ildeu de Castro Moreira, esclarece que a função do Ministério é de catalisador, “para motivar a propagação do conhecimento e dar uma visão da importância da ciência na vida das pessoas”. A realização das atividades acontecerá, informa ele, de acordo com esse objetivo comum, mas de forma descentralizada e regionalizada.

Difusão e espírito crítico

Contudo, há iniciativas como “O Brasil olha para o céu” (dedicada à observação astronômica do eclipse total da Lua que ocorrerá na madrugada de 27 para 28 de outubro); “Os dias de portas abertas” (quando instituições de pesquisa e universidades recebem a população para festivais e feiras, oficinas e atividades, unindo ciência, cultura e arte, como teatro, circo e música, além de exibição de filmes e vídeos científicos, palestras e debates); e “O DNA vai ao supermercado” (que extrairá material genético de frutas e legumes para explicar o que é o DNA, sua função nos organismos vivos e despertar o interesse crítico pela genética e biotecnologia), que ocorrerão simultaneamente em várias localidades.

O diretor salienta que o intuito da semana é fazer com que a sociedade reflita sobre temas vitais, dos quais normalmente têm pouco ou nenhum conhecimento. “Como questionar, por exemplo, a viabilidade de alimentos transgênicos, se as pessoas sequer sabem do que se trata?”, questiona.

O coordenador geral da Estação Ciência da USP (Universidade de São Paulo), Wilson Teixeira, responsável pelas atividades paulistanas, lembra que intervenções como as da Semana da Ciência colaboram, também, para a requalificação dos professores das redes municipais e estaduais de ensino. Para ele, são também oportunidades para atrair novos parceiros na iniciativa privada, considerados fundamentais para a difusão científica.

Destaques da programação

A agenda completa da Semana de Ciência e Tecnologia e meios de entrar em contato com os realizadores das atividades estão disponíveis no site do Ministério da Ciência e Tecnologia (www.mct.gov.br). Veja abaixo alguns destaques.

Bauru/SP – 25 a 29 de outubro

Faculdade de Ciências – Depto. de Física – Unesp (Univ. Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

- VII Semana da Física: minicursos, experimentos físicos com materiais do dia-a-dia; visitas aos laboratórios de pesquisa; apresentação de painéis de iniciação científica, palestras e observação do eclipse lunar.

Belém/PA – 5 de outubro

Embrapa Amazônia Oriental

- Plantas medicinais: cultivo, manejo e manipulação. Aulas teóricas e práticas, com apoio de modernos recursos audiovisuais; trabalhos envolvendo laboratório e campo.

Caparaó/MG – 24 de outubro

Geasc (Grupo de Estudos Astronômicos da Serra do Caparaó)

- Atividades com telescópio newtoniano 185mm (diversas oculares), binóculos, estudo do céu, palestra sobre o eclipse.

Concórdia/SC – 18 a 22 de outubro

Embrapa Suínos e Aves

- Destinadas às crianças e idosos, as atividades incluem visitas monitoradas às instalações e apresentações em vídeo. Palestra pública sobre a importância da ciência e tecnologia na suinocultura e avicultura.

Cuiabá/MT – 18 a 22 de outubro

Cefet (Centro Federal de Educação Tecnológica)

- 2ª Semana do Pequeno Produtor. Vinte e dois diferentes cursos; duas palestras sobre agricultura orgânica e agricultura familiar; clínica tecnológica coordenada pelo Sebrae.

Itajaí/SC – 18 de outubro

Conselho de Informação sobre Biotecnologia e Univali

- O DNA vai à escola

Marília/SP – 18 de outubro

Universidade de Marília/Faculdade de Ciências da Saúde

- I Congresso de Ciências da Saúde

Recife/PE – 18 a 21 de outubro

Universidade Federal Rural de Pernambuco/PET – Agronomia

- VI Simpósio de Agronomia – Simpagro. Palestras cujos temas são: perspectivas para o agronegócio em Pernambuco; impactos dos subsídios no agronegócio; o cooperativismo e o associativismo; logística do agronegócio e sistemas de integração do avestruz.

Rio de Janeiro/RJ – 19 e 21 de outubro

IME (Instituto Militar de Engenharia)

- Curta Ciência e Tecnologia. Serão filmes seguidos de debates e visitas aos laboratórios: Engenharia de Materiais. Blindagem, concreto e microestruturas – Laboratório de Microscopia Eletrônica e Varredura; Química Medicinal. Malária – Laboratório de Ressonância Magnética Nuclear; Gestão Ambiental. A experiência da Baía da Babitonga; e Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento da Amazônia.

Salvador/BA – 23 de outubro

Externato Mater et Magistra

- Os laboratórios de Robótica Educacional exibem a competição de sumô entre robôs.

São Paulo/SP – 19 a 22 de outubro

Parque CienTec

- O DNA vai ao supermercado; passeio monitorado à minibacia hidrográfica com vertedouros; eclipse lunar

Teresina/PI – 20 a 22 de outubro

Pool de instituições voltadas à ciência

- Visita aos laboratórios das instituições, mostra de cinema, feira de ciência na Praça João Luís Ferreira, conferências, exposições, mostras científicas e shows.

Vitória/ES – 20 a 22 de outubro

Universidade Federal do Espírito Santo

- XIV Jornada de Iniciação Científica. Apresentação dos trabalhos de pesquisa, cursos e conferências.